

Empresários nos EUA pedem mais abertura

Sílvio Ferraz

Correspondente

WASHINGTON — Na quinta missão de entendimento com parlamentares e funcionários americanos nesta cidade, o grupo de empresários brasileiros pode, uma vez mais, chamar a atenção de seus interlocutores para a necessidade de maior abertura do comércio com os Estados Unidos. “Estamos num círculo vicioso. Temos que exportar para pagar nossas dívidas. Como estamos com limitações para isso, não podemos ampliar a produção e, em consequência, temos que limitar as importações”, explicou Peter Rosenfeld, da Gerdau.

Temeroso de que a nova lei americana sobre o comércio exterior cause um virtual colapso no comércio bilateral, os empresários brasileiros fizeram ver a senadores e congressistas a inconveniência de ser o Brasil tratado desfavoravelmente num momento em que necessita mais do que nunca de divisas. “Se esta lei passar como está, as exportações brasileiras estarão liquidadas”, afirmou Rosenfeld.

Prosperidade— Junto aos políticos, os empresários defenderam também a legislação brasileira que rege a indústria farmacêutica, ora sob investigação pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos. “Esta é uma lei antiga e sob a qual os laboratórios americanos prosperaram sem jamais reclamar de sua justeza”, observou Rosenfeld. Na mesma linha, o grupo de empresários transmitiu aos senadores e deputados sua opinião de que de nada adiantará retaliações sobre o Brasil por causa da lei de informática. “Trata-se de uma lei que só poderá ser alterada pelo Congresso”, frisou o empresário.

Há dois anos e meio os empresários brasileiros vêm fazendo esta rodada de conversações a cada seis meses com os centros de decisão dos Estados Unidos. Rosenfeld afirma não ser possível medir o resultado desses encontros pelos aumentos no faturamento de qualquer empresa, já que os objetivos são de longo prazo. “Além do mais, nos comprometemos a não tratar de interesses específicos de nossos setores quando estivermos em missão”, explicou. No caso do grupo Gerdau, há um acordo entre Brasil e Estados Unidos estabelecendo cotas de produtos siderúrgicos até 1989. “Até lá, por mais que tenhamos capacidade de produção não poderemos aumentar nossas exportações”, observou Rosenfeld. Para ele, o resultado palpável desse esforço tem sido a correta divulgação da imagem do Brasil. “Hoje, já não existe qualquer político que não saiba exatamente o que somos e o que queremos. Isso é bom para os dois lados”, frisou. Os empresários procuram deixar claro que estão em missão de caráter privado e se limitarão a transmitir opiniões e registrar observações feitas pelos interlocutores americanos às autoridades brasileiras, com vistas à melhoria do intercâmbio bilateral.

☐ A Comunidade Econômica Europeia baixou um imposto temporário de cerca de 150 dólares por tonelada de ferro, silício e cálcio que o Brasil exporta para a Europa. O imposto é uma retaliação contra a dumping que pelo menos duas empresas brasileiras, a Bozel Mineração e Ferro Ligas, e a Eletrometallur Indústria e Comércio SA, estariam praticando no mercado europeu, segundo investigações da própria CEE. O Brasil tinha 15,1% do mercado europeu destes metais no ano passado, com 2 mil 256 toneladas exportadas apenas nos primeiros meses de 1986.